

Quem são os “moleques” e os “pivetes” nos dicionários de língua portuguesa? Um estudo discursivo, linguístico e histórico

Who are “moleques” and “pivetes” in Portuguese language dictionaries? A discursive, linguistic and historical study

Samille Jarallah Midlej¹
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
sammidlej@hotmail.com

Pedro Arão das Mercês Carvalho²
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
pedrarao@gmail.com

Rogério Modesto³
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
roger.luid@gmail.com

RESUMO: Este trabalho é uma análise discursiva do funcionamento dos discursos racializados a partir de entradas dos verbetes "moleque" e "pivete" em dicionários de língua portuguesa produzidos entre o séc. XVIII e o séc. XXI. O embasamento teórico está sustentado nos pressupostos da Análise do Discurso de perspectiva materialista e da História das Ideias Linguísticas. Nesse sentido, pretendeu-se analisar os deslizamentos de sentido dos verbetes tendo em vista os desdobramentos históricos da sociedade brasileira no tempo. O trabalho foi feito ao considerar dicionários como instrumentos linguísticos hegemônicos da colonização, e o racismo como componente estrutural da sociedade brasileira na história. Por fim, concluiu-se que a memória discursiva que atravessa os verbetes em questão permite a associação, ainda hoje, de discursos racializados e efeitos de sentido pejorativos associados às designações “moleque” e “pivete”.

Palavras-chave: Moleque; Pivete; Dicionário; Análise do Discurso; História das Ideias Linguísticas.

ABSTRACT: This paper is a discursive analysis of the operation of the racialized discourses based on the entries of "moleque" and "pivete" in dictionaries of Portuguese produced between the 18th and 21st centuries. The theoretical basis is composed by the assumptions of Discourse Analysis, from a materialist perspective, and by History of Linguistic Ideas. In this sense, we intended to analyze the meaning slides in dictionaries' entries while considering how Brazilian society historically operates over time. The work was done taking into account that dictionaries can act as hegemonic linguistic instruments of

¹ Licencianda em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do grupo de pesquisa Discurso e Tensões Raciais (dTer).

² Licenciando em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do dTer.

³ Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. É Professor Adjunto do Departamento de Letras e Artes da UESC, além de líder do dTer.

colonization, and that racism is a structural component of the nation's society in history. In conclusion, the discursive memory of the words' entries allows the association, even today, of racialized discourses and pejorative effects associated to the terms "moleque" and "pivete".

Keywords: Moleque; Pivete; Dictionary; Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas.

Introdução

Tendo em vista o funcionamento de nossa sociedade de cultura letrada, em que a escolarização é um pré-construído incontornável (SILVA, 2018), é possível dizer que a importância dos dicionários para a sociedade é imprescindível (SILVA, 1996). Conforme Nunes (2010), além de se apresentarem como provedores de certo conhecimento sobre as línguas, eles também materializam discursos sobre a história, as culturas e as sociedades, intervindo, assim, nos processos de identificação dos sujeitos. Ademais, operam como um organizador de saberes disponíveis na memória discursiva, o que significa dizer que eles concentram diferentes discursividades que, reunidas num dicionário, apresentam-se como “aquilo que precisa ser sabido” de modo uno e universal.

Entretanto, ainda segundo o autor, é preciso ressaltar que a construção de um dicionário envolve diversas questões que relacionam o fazer teórico com o político, colocando em pauta a questão da ideologia que se materializa tanto na inclusão ou exclusão de um determinado verbete quanto na sua forma de conceituá-los (NUNES, 2010). Por esse motivo, apesar de o dicionário ser um instrumento linguístico e auxiliar os indivíduos nele interessados, não se pode acreditar nele como um “discurso de verdade” (GRIGOLETTO, 1999), ou seja, um instrumento que, supostamente, se apresenta como detentor de sentidos únicos, completos e corretos. Também é necessário analisar e questionar o que está ali presente.

Tomando por sustentação essa compreensão, este trabalho visa analisar discursivamente, linguisticamente e historicamente as definições apresentadas do verbete “pivete” e “moleque” em dicionários dos séculos XVIII ao XXI, usando como bases norteadoras da pesquisa a Análise do Discurso (AD) e a História das Ideias Linguísticas (HIL). Nosso artigo é resultado de uma pesquisa maior⁴ em que buscamos, através dos pressupostos teóricos já mencionados, refletir sobre as nomeações raciais que comparecem nos dicionários. A partir do conceito de “discursos racializados” (MODESTO, 2021), que define que a racialidade não está delimitada ao “tema” da racialização, podendo, então, comparecer implicitamente em diferentes discursividades, compreendemos que não apenas as palavras de demarcação racial explícita (por exemplo: “preto”, “branco”, “crioulo”, “pardo”, entre tantas outras) podem funcionar como nomeações raciais, mas também outras palavras

⁴ O projeto de Iniciação Científica “Arquivo das nomeações raciais: estudo histórico, linguístico e discursivo” (2021-2022), desenvolvido na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no âmbito do Grupo de Pesquisa Discurso e Tensões Raciais (dTer).

que, por determinado atravessamento social, ativam uma memória discursiva ligada aos processos de racialização. Esse, a nosso ver, como pretendemos demonstrar ao longo das análises deste texto, seria o caso dos verbetes que estão aqui em pauta.

Um “moleque” ou um “pivete” não são exatamente qualquer indivíduo jovem do sexo masculino em qualquer contexto de uso; não são também simplesmente um “menino”. Pensando os dicionários mais antigos e contrapondo com o que se diz atualmente, um “moleque” já não é mais especificamente e unicamente um “preto pequeno”, “escravo” ou “pretinho”⁵, mas continua a ser utilizado, na maioria das vezes, com apelo pejorativo, frequentemente associado a cor de pele e classe social bem definidas. Ao pensar sobre isso, a motivação e a importância desse trabalho são postas a partir da reflexão de que dicionários são instrumentos linguísticos de base colonizadora (AUROUX, 1992; NUNES, 2010; MODESTO, 2022) e que normatizam e instrumentalizam a língua. Refletir e discutir sobre como palavras desse tipo (com cunho muitas vezes pejorativo e relegadas a uma especificidade de indivíduos) são definidas em verbetes de dicionários de língua portuguesa também é pensar sobre como a sociedade brasileira acontece na história. Com isso, surge o questionamento: quem realmente são os “moleques” e “pivetes”? Ou melhor: quem os dicionários dizem que são os “moleques” e “pivetes”?

Ao fazer essa análise, procuramos salientar os deslizamentos de sentido que os verbetes sofreram ao longo do tempo, buscando atravessamentos de discursos de urbanidade, de criminalidade e de racialidade, visto que são palavras que circulam nos discursos urbanos remetentes a crianças em situações de rua – em que se observa uma população majoritariamente negra – de forma estereotipada e pejorativa, relacionando-as a atividades criminosas.

Em suma, foram analisados 34 dicionários de anos, autores e locais de publicação diferentes, para possibilitar uma análise mais ampla dos verbetes. Ao longo do artigo, será abordada uma definição do verboete "pivete" no século XXI, enquanto que, para "moleque", serão analisadas duas definições: uma do século XIX e outra do século XX. Para que essas investigações ocorressem de forma centrada na AD e na HIL, foram estudados, principalmente: Ernst-Pereira (2009), Auroux (1992), Pêcheux (2008), Guimarães (1996), Zoppi-Fontana (2009), Modesto (2021, 2022), Nunes (2010) e Silva (1996). Por conseguinte, visamos contribuir com os debates que cercam os discursos autoritários (ORLANDI, 2009) em relação à língua, levando em conta o debate racial que é continuamente aprofundado, visto

⁵ Essa definição, retirada de Bluteau e Silva (1789, p. 91), será retomada no momento das análises.

a sua extrema importância e necessidade de visibilidade, para que seja possível refletir e ensinar a língua também como meio de produção de discursos de poder sobre o outro.

1. Bases de nossa reflexão: de que lugar falamos?

Para a elaboração desse trabalho, foi necessário partir de três conceitos principais: *gramatização*, *instrumentos linguísticos* e *discursos racializados*, na medida em que, como dito anteriormente, consideramos os dicionários como instrumentos linguísticos hegemônicos da colonização, e o racismo como componente estrutural da sociedade brasileira na história.

O conceito de gramatização refere-se ao processo de instrumentalizar e descrever uma determinada língua (AUROUX, 1992), e, neste artigo, salientamos o processo de gramatização no Brasil, a partir de Guimarães (1996). O segundo conceito, o de instrumentos linguísticos, refere-se justamente aos elementos utilizados pela gramatização, ou seja, instrumentos que descrevem, normatizam, registram e instrumentalizam uma língua (AUROUX, 1992). Por fim, o terceiro conceito, o de discursos racializados, alude às discursividades atravessadas por questões raciais e sua materialidade discursiva, especialmente no modo como as tensões raciais escapam às fronteiras estabelecidas por tipologias discursivas (MODESTO, 2021).

A gramatização de uma língua entra em cena, segundo Auroux (1992, p. 69), “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito) com ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis”. Trata-se, assim, de um procedimento que esteve (e, de certo modo, permanece) regularmente condicionado a procedimentos de dominação e colonização. No Brasil, esse processo se deu com a colonização portuguesa, tanto das tentativas de documentar e “gramatizar” as línguas indígenas orais quanto pelo ofuscamento das variedades brasileiras da língua portuguesa. Nas análises propostas pela HIL, os períodos da gramatização são geralmente separados em quatro, e explicados por Guimarães (1996) em consonância com o aumento contínuo de produções e reconhecimentos linguísticos brasileiros em comparação aos portugueses.

O primeiro período é caracterizado pela ausência de estudos da língua portuguesa no Brasil, que se estende desde o início da colonização portuguesa até meados do século XIX. Esse período também se destaca pelo aparecimento de condições culturais materiais para alavancar os estudos linguísticos, desde a Independência em 1822. O segundo, desde a segunda metade do século XIX até 1939, é aquele em que se iniciam as produções linguísticas

brasileiras, com dicionários, gramáticas e a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897 e de faculdades de Letras no país. O terceiro período, começando a partir da criação dessas instituições, perpassa o primeiro acordo ortográfico do Português do Brasil em 1931, a elaboração da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), em 1959, e a intensificação dos estudos linguísticos com influência de Saussure e Sapir.

A partir dos anos de 1960, o quarto período se destaca pela obrigatoriedade da disciplina de Linguística no currículo mínimo de Letras e a criação de cursos de pós-graduação na área. Ademais, se distingue pelo o desenvolvimento de trabalhos em diversos ramos relacionados à Linguística (como Gramática, de perspectiva funcionalista, gerativista ou estruturalista), Semântica, Sociolinguística, Linguística Histórica, Análise do Discurso, entre outras, além do desenvolvimento do *Novo Dicionário Aurélio* (1975), que se torna o dicionário padrão do Português do Brasil. Consequentemente, “a gramatização brasileira do Português se dá, por um lado, como movimento oposto ao da gramatização na Europa [...] surge como um procedimento de independência de Portugal.” (GUIMARÃES, 1996, n/p).

Para complementar o entendimento da gramatização, é necessário compreender que o instrumento linguístico faz parte da gramatização e de seu processo. A partir de Auroux (1992) e de Orlandi (2001), é possível entender esses instrumentos como elementos que auxiliam na normatização, descrição e registro de uma língua marcando a relação entre história e sociedade. Partindo disso, Auroux (1992) mostra que a gramática e o dicionário – instrumentos linguísticos destacados por ele – acabam por prolongar e transformar práticas linguísticas:

a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística não domino certamente a grande quantidade de palavras que serão produzidas a partir do final do Renascimento [...]. Isto significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. (AUROUX, 1992, p. 69-70)

Nesse prisma, dicionários são elaborados por sujeitos específicos em tempo e espaço definidos e (re)produzem sentidos para outros indivíduos, o público leitor. As interpretações do lexicógrafo para com a língua e seus sentidos possíveis, embora tentem se apresentar como únicas e universais, podem não ser as mesmas dos sujeitos que leem e reinterpretam, tensionam, refletem esses dizeres. Assim, Nunes (2010) nos explica:

Ler o dicionário é saber que há certos sentidos que aparecem e se sedimentam, se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura (NUNES, 2010, p. 12).

Em suma, na medida em que o processo de gramatização, amparado por uma perspectiva colonial de dominação social, se efetiva, os seus instrumentos passam a gozar de intensa legitimação social, sendo tidos por muitos como um “discurso de verdade”. Nas palavras de Grigoletto (1999, p.68):

um discurso de verdade é aquele que ilusoriamente se estabelece como um lugar de completude de sentidos. A Análise do Discurso (ao menos a linha denominada Escola francesa, cf. Pêcheux, 1975, por exemplo) postula que a incompletude é constitutiva da linguagem. Nenhum dizer é capaz de completar os sentidos de um discurso nem de apontar para sua origem, já que os sentidos se constituem sempre na relação entre o linguístico e o histórico. É apenas ilusoriamente que o sujeito produtor de linguagem acredita poder chegar a um sentido único e verdadeiro para um texto.

Ou seja, o dicionário é tido como o detentor de conhecimentos, não permitindo interpretações e apresentando uma falsa ideia de completa imparcialidade. Como Nunes (2010) afirma, o lexicógrafo e, conseqüentemente, sua obra, são atravessados por questões ideológicas, históricas, sociais e políticas. Assim, os dicionários acabam não só auxiliando falantes ou aprendizes de uma língua, mas impondo, por seu funcionamento autoritário (ORLANDI, 2009), a forma de interpretar uma palavra que retoma a ideologia hegemônica e não dá abertura para questionamentos e oposições dos seus leitores.

Esses efeitos de unidade e universalidade produzidos pelo dicionário se coadunam com o projeto colonial no qual os instrumentos linguísticos são gestados. Nesse sentido, cumpre ponderar que a revolução tecnológica da gramatização (AUROUX, 1992), a partir da qual foi possível a produção em larga escala de livros e, notadamente, gramáticas e dicionários, é fundamental para que o projeto expansionista dos impérios europeus do século XVI tivesse o sucesso que teve, na medida em que permitiu que a colonização não se desse apenas pela força bruta, mas também pela imposição da cultura letrada.

Em outras palavras, os instrumentos linguísticos se consolidam especialmente por estarem a serviço do projeto colonizador dos quinhentos. Ora, uma vez que os instrumentos linguísticos podem ser pensados na relação com a colonização e, por conseguinte, com uma cultura patriarcal, branca, europeia e hegemônica, sentimos a necessidade de discutir a relação entre instrumentos linguísticos e as tensões raciais, sendo, portanto, necessário trazer à baila os discursos racializados. De acordo com Modesto (2021), os discursos racializados acentuam

a ideia de que a tensão racial em nosso país não é rara, mas, ao contrário, constitui a sociedade brasileira. Sendo assim, o autor define o conceito como algo que:

dá conta de um funcionamento discursivo atravessado pela memória dos processos sociais e históricos de racialização os quais se manifestam não apenas nos dizeres e imagens específicos de/sobre raça, mas também nos dizeres e imagens que dissimulam seu atravessamento racial, apesar das condições sociais e históricas de uma formação social capitalista e de origem colonial nas quais se inserem. (MODESTO, 2021, p. 9)

Se, por um lado, o racismo não está mais explicitamente na base da constituição nacional como já esteve nos anos imperiais, por outro, continua a existir, uma vez que “a compreensão de que a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina” (MODESTO, 2021, p. 2).

O *discurso* aqui conceitualmente pensado, como já foi dito, é aquele sustentado pela Análise do Discurso, com perspectiva materialista. Sendo assim, ao levar em consideração a língua como o real do discurso, ou seja, o meio pelo qual as discursividades são materializadas, “não partimos da exterioridade para o texto, ao contrário, procuramos conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade” (ORLANDI, 1996, p. 29). Não existe uma interpretação, um efeito de sentido *correto*, nem uma língua fechada unicamente em sua estrutura e funcionamento, sem considerar os modos de produção do discurso e o processo histórico da formação de sentidos. Ainda, enunciados não funcionam sem os sujeitos, não existem “soltos” numa realidade paralela e neutra. Assim, ao resgatar o pensamento de Pêcheux sobre a leitura de arquivos em AD (2011), que foi indispensável na elaboração do arquivo de dicionários, Barbosa Filho (2022, p. 19) explica a visão da historicidade:

Não dizemos com isso que ele pertence a uma sequência cronológica, linear. Dizemos que ele é histórico por ser constituído materialmente por outros dizeres e enunciados, com os quais ele tece relações materiais de antagonismo, repetição sinonímica, implicação etc. É o fato de não ser originário, primeiro, que faz dele histórico.

A língua é a condição de existência do discurso, em concordância com seu modo de funcionamento interno, que não é aleatório, e é através dessas sistematicidades da língua (constantemente pelas estruturas sintáticas) que os discursos podem ser atravessados e tensionados. Ela não é um sistema neutro e enclausurado, mas também não é necessariamente accidental. De modo semelhante, o *histórico* não é só um sistema temporal cronológico e estanque, mas a relação de comparação e apropriação de pressupostos já existentes no

indivíduo, na sociedade e na ideologia. Portanto, é preciso admitir os sujeitos envolvidos nas formações discursivas, a ideologia que os mobiliza, assim como os contextos de produção. Esses fatores são determinantes para a produção discursiva dos sentidos.

Enfim, pensando nos verbetes que analisamos, “moleque” e “pivete”, apesar de não se explicitarem como palavras de nomeação racial, isto é, aquelas que nomeiam racialmente sujeitos, como “negro”, “branco”, “preto”, “pardo”, “mestiço” etc., são, como já mencionado anteriormente, frequentemente utilizadas para denominar jovens negros, ou seja, são atravessadas por discursos racializados.

É possível observar essa questão a partir de Fraga Filho (1996), que, apesar de tratar dos “moleques” do século XIX na Bahia, apresenta características sobre esses jovens que permitem a sinonímia com o “pivete”.⁶ Isso acontece porque os “moleques” são descritos, na obra, como jovens negros, na fase entre criança e adolescência, que sobrevivem a partir de atividades criminais, roubos/furtos, e se encontram em situação de rua, características presentes em grande parte das definições encontradas do verbo “pivete”, porém, com a questão da racialidade implícita no último. A partir desses conhecimentos, surge a questão norteadora para as análises: as formas como os discursos racializados atravessam os diferentes efeitos de sentido desses verbetes em dicionários de língua portuguesa e como refletem o funcionamento da sociedade brasileira no tempo.

2. Avaliando as regularidades

Para escolher as definições dos verbetes “pivete” e “moleque” a partir das quais a análise é feita, foi necessária a busca e a periodização de dicionários, além da separação dos conceitos apresentados por eles. Embora alguns dicionários tenham servido previamente como ponto de partida para o desenvolvimento do *corpus*, do arquivo dos verbetes de dicionários, o processo de montagem foi gradual e ditado a partir da própria investigação de documentos, visando que “[...] toda montagem é sempre singular e só se dá, inclusive, num processo de construção próprio a cada pesquisa, em função das questões e da especificidade do material a ser analisado” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 20).

⁶ No livro de Fraga Filho (1996, p. 130), lemos o seguinte: “Em 1863, o inspetor do Arsenal da Marinha, Lourenço da Silva Araújo, recusou a admitir ‘moleques’ (rapazes pretos) presos nas ruas pela polícia. Assim, a política da instituição estava tornando-se cada vez mais restritiva quanto ao ingresso de meninos negros que, segundo vimos, compunham a esmagadora maioria dos que vagam pelas ruas da cidade.”

Os dicionários selecionados foram resultado de pesquisas em diferentes formatos de acervo e disponibilidade. A pesquisa para a produção do arquivo se deu tanto em acervos digitais – como o Corpus Lexicográfico do Português, dicionários digitais e bibliotecas digitais de universidades e outras instituições públicas – como em acervos pessoais, bibliotecas públicas municipais, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro⁷.

Em relação a “moleque”, foram mapeados 34 dicionários com amplitude temporal de mais de trezentos anos, que vai de 1712⁸ a 2014. Ao dividir por séculos, foram 3 dicionários do século XVIII, 6 do século XIX, 16 do século XX e 9 do século XXI. Com destaque para o enfoque específico dos dicionários, consideramos 3 dicionários bilíngues e 4 dicionários etimológicos. Quanto à nacionalidade, 8 são de Portugal e todo o restante é brasileiro. Além disso, 6 dicionários não continham qualquer entrada para “moleque”.

Também foram analisados 34 dicionários para a montagem do arquivo do verbete “pivete”, dentre eles, 23 apresentavam a conceituação de “pivete” e 11 deles não mencionavam a palavra, o que é interessante, pois mesmo sendo uma palavra de grande utilização atualmente, ela ainda não se encontra em todos os dicionários do século XXI. Além disso, desses dicionários, 27 eram brasileiros, 5 portugueses e apenas 2 eram bilíngues.

2.1 (Ir)Regularidades de “moleque”

É preciso levar em consideração que há entradas e verbetes com o vocábulo “moleque” inserido no significante ou com entradas muito distantes da designação primeira e com poucas informações históricas disponíveis. Essas entradas, apesar de terem sido consideradas no momento da análise discursiva, não foram aprofundadas, pois a procura e pesquisa da palavra em questão leva em consideração a potencialidade do verbeito nomear (racialmente) sujeitos. Desse modo, alguns exemplos de entradas que não foram levadas em consideração na análise são “moleque-de-assentar”, “pé-de-moleque”, “moleque” como ímã com que se separa o ferro do ouro em pó e “moleque” como sinônimo de “surubim”, peixe de ordem *Siluriformes* (COSTA, 1979). Vale destacar também que a maioria dessas variações –

⁷ Em junho de 2022, antes da finalização de nosso projeto de pesquisa, portanto, foi realizada uma viagem pelo grupo de pesquisa dTer, a fim de realizar visitas técnicas e de pesquisa em instituições de custódia de documentos, tais como: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira.

⁸ Os primeiros dois volumes do *Vocabulário português e latino*, de Raphael Bluteau, foram publicados em 1712, com os outros volumes sendo publicados até 1721. Finalmente, os dois suplementos foram publicados em 1727 e em 1728, respectivamente (LOPES; CABRAL, 2018).

só houve uma entrada desse tipo no século XXI, posta como *surubim* – ocorreu em dicionários do século XX.

Do ponto de vista metodológico, foram feitas algumas considerações que se relacionam com os gestos de análise. Ao analisar as entradas e definições mais recorrentes, as separações foram pensadas quanto a delimitações raciais e pejorativas. Nesse sentido, não foi à toa que quase metade das obras analisadas são do século XX. Justamente nesse período, “moleque” não só abrangeu muito mais sentidos possíveis, como seus significados passaram por transformações, deslizamentos, notáveis. O sentido da primeira entrada histórica, “pretinho, negro pequeno”, de Bluteau e Silva, manteve-se praticamente inalterado até meados do século XX, até então com pequenas mudanças vocabulares ou com adição de aposto: “preto pequeno, *de pouca idade*” (AULETE, 1881, p. 1776).

O primeiro dicionário analisado em que há um apagamento da delimitação racial explícita foi somente em 1979, possuindo 5 entradas para o verbete. Desde então, no arquivo de dicionários montado para este trabalho, as definições de “moleque” ficam cada vez menos atreladas diretamente à raça, até que, no século XXI, a maior parte das entradas (75%) não traz raça explicitamente. O gráfico a seguir ilustra a relação, a cada século, entre a quantidade de dicionários analisados e a presença de significantes relacionados diretamente à raça:

Gráfico 1 - Quantidade de dicionários e presença de significantes raciais



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

*Dicionários que contêm a definição, desconsiderando os etimológicos.

Portanto, para a elaboração da análise discursiva do verbete “moleque”, considerando as condições discursivas de produção, o enfoque se dá em volta de duas delimitações diferentes ao considerar as regularidades dos diferentes efeitos de sentido e dos períodos temporais:

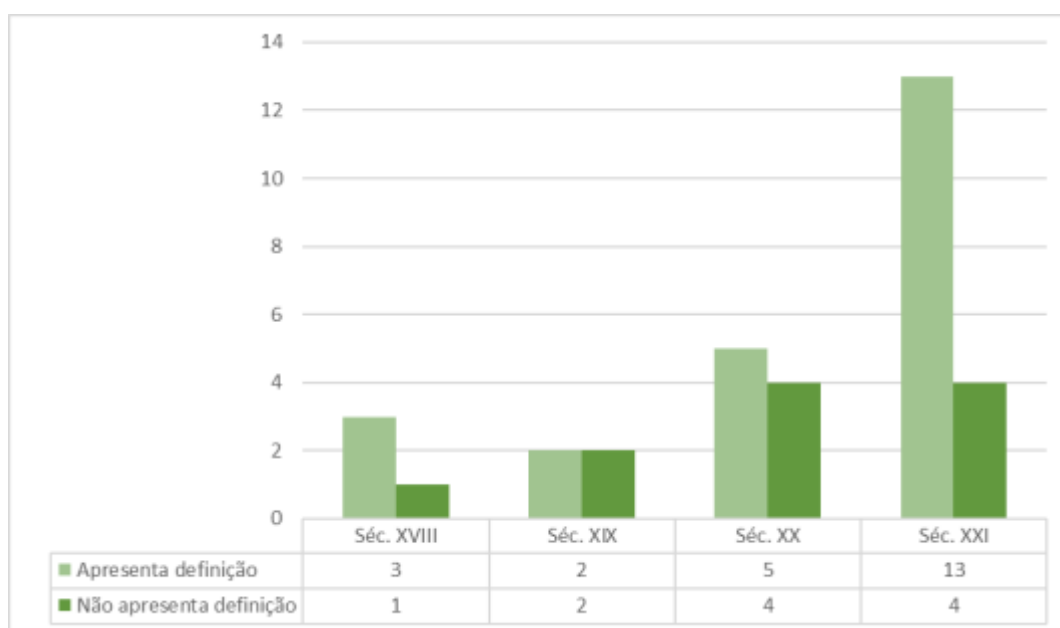
- a) do final do século XIX ao início do século XX, com manutenção de sentidos e adição do aposto “de pouca idade”;
- b) do século XX em diante, com mais entradas e lento apagamento de palavras que delimitam explicitamente raça, como “preto” ou “negro”.

Esses períodos poderão ser melhor visualizados no decorrer da análise do verbete, momento em que o manejo das regularidades lexicais das entradas nas temporalidades indicadas acima se reflete na produção de sentidos. Antes de prosseguir às análises de “moleque”, contudo, é preciso entender as regularidades de “pivete”.

2.2 (Ir)Regularidades de “pivete”

No que diz respeito ao verbete “pivete”, há uma menor presença de definições ao longo dos séculos se comparada à frequência de “moleque”. Como dito anteriormente, de 34 dicionários, 23 apresentavam definições para “pivete”, ao passo que, frente à mesma quantidade de dicionários para “moleque”, 28 apresentavam definições. O gráfico a seguir apresenta uma divisão por séculos – pensando num total por século, tem-se 4 dicionários do século XVIII, 4 do século XIX, 9 do século XX e 17 do século XXI – dos dicionários e da presença ou falta do verbete.

Gráfico 2 - Presença de definição nos dicionários analisados



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Após a periodização e a catalogação das definições presentes, esses verbetes foram analisados procurando-se regularidades entre eles e os deslizamentos de sentido que ocorreram durante os anos. Como resultado dessa busca, foi observado que, até meados do século XX, quando o verbete era apresentado, era definido como um instrumento que, ao ser queimado, exalava um perfume. Porém, ao longo desse mesmo século, começa a ocorrer um deslizamento na definição da palavra, que vem a possuir um discurso de criminalidade, sendo associada a “menino que rouba ou que auxilia nos roubos”.

Passa-se, assim, a aparecer não mais a descrição de um objeto, mas uma forma de nomear sujeitos, especialmente “meninos”. Também vemos o verbete ser atravessado por um discurso de urbanidade em três dicionários do século XXI, que trazem como uma de suas características a situação de rua. Por fim, em certos dicionários, observam-se questões de regionalidade, em que o verbete é tratado como gíria brasileira, mais precisamente das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro.

Além dessas regularidades, é observado que, à primeira vista, “pivete” nunca possuiu uma definição explicitamente ligada a questões raciais. Os verbetes sempre apresentaram definições para esse verbete de forma mais geral, utilizando termos como “menino”, “criança”, “garoto”, etc. A palavra também chega a ser associada com outras definições além de ladrão, porém essas concepções não perduram por muito tempo, e foram utilizadas esporadicamente, como a associação à esperteza, travessura.

Assim sendo, foi selecionada a definição presente em um dos dicionários do século XXI por conta da disparidade entre ela e as outras. Enquanto na maioria dos dicionários o “pivete” é apresentado como um ladrão, a definição escolhida procura justificar os motivos para esse menino ter determinadas ações, definindo-o como uma criança que passa necessidades e que está à mercê da sociedade, parecendo trazer uma visão atenuadora da situação.

3. Análises

3.1 Quem é o “moleque” nos dicionários de português?⁹

Resgatamos Nunes (2010), novamente, também pelos princípios metodológicos de análise de dicionários como discursos sobre a língua. A partir de formações discursivas específicas, as condições de produção desses discursos são fundamentais para a existência dos sujeitos que os produzem e para a ideologia que os atravessa e que (não) aparece na superfície da língua. Portanto, ele sugere três métodos, que podem ser relacionados, na produção desta análise, com aqueles de Ernst-Pereira (2009), como já foi apontado por Modesto (2022):¹⁰ a identificação de lacunas, a análise da posição discursiva do lexicógrafo e o questionamento dos exemplos presentes nos verbetes.

A separação do arquivo a partir das regularidades dos diferentes efeitos de sentidos no tempo permitiu, então, selecionar duas sequências discursivas dos verbetes de “moleque”. A primeira do final do século XIX e a última, do final do século XX.

Portanto, segue a primeira sequência discursiva (SD):

SD1: Moleque: (*mu-le-ke*), s. m. preto pequeno, de pouca idade (AULETE, 1881, p. 1776).

Após quase um século da publicação do dicionário de Bluteau e Silva, há a manutenção de sentidos: palavras da mesma família parafrástica, frase nominal, praticamente só adjetivos. Porém, nessa definição há uma mudança que, embora não seja grande, foi a única observada no arquivo num intervalo de mais de um século.

O Brasil já era reconhecidamente independente de Portugal, apesar de a escravidão ainda ser uma realidade. Nesse dicionário, feito na ex-metrópole, por portugueses, finalmente foi caracterizada uma delimitação de idade, mas ainda não há qualquer referência à infância. “Menino” parece ainda não fazer parte de nenhuma paráfrase possível desse enunciado, pois

⁹ A análise que segue é um recorte revisto e resumido dos resultados obtidos no Plano de Trabalho de Iniciação Científica intitulada “Arquivo das Nomeações Raciais: Moleque nos Dicionários de Língua Portuguesa”, vinculado ao Projeto de Pesquisa citado anteriormente na introdução. A pesquisa é expandida em publicação especial no prelo realizada pela secretaria do evento XII COPENE.

¹⁰ Ela apresenta a *falta*, o *excesso* e o *estranhamento*. A *falta* se trata do não-dito, das elipses, uma ausência de ordem sintática, lexical ou interdiscursiva que chame a atenção do analista. O *excesso* decorre de processo semelhante de identificação gramatical ou interdiscursiva pelo analista, mas, obviamente, pela abundância. O *estranhamento* se dá pelo conflito de formações discursivas num intradiscorso por meio de características de imprevisibilidade, de inadequação e de distanciamento daquilo que é esperado num dado enunciado, que causam uma desordenação discursiva.

“de pouca idade” não necessariamente tem relação com infância. “Menor”, numa comparação com os discursos atuais e em situações semelhantes às dos “moleques” do século XIX, é um termo mais apropriado e utilizado por Fraga Filho (1996, p. 111, grifo nosso), por exemplo, para descrevê-los:

A julgar pela insistente referência aos 'moleques', devemos inferir que a maioria desses **menores** fosse de cor negra. Ao lado das prostitutas e dos indivíduos sem eira nem beira, os moleques vadios eram vistos com desprezo e hostilidade pelos bem-nascidos.

Ao tomar o verbete “criança”¹¹ no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1789, p. 348), já era definida como “CRIANÇA, s. f. a menina, ou menino. § f. A criança das abelhas, a abelha nova, que começa a ter azas; o crocodilo inda era criança, i. e. novo, pequenino.”. Vemos que a segunda entrada possui exemplos que colocam “criança” como sinônimo do que atualmente pode-se chamar de “cria” de animais, de criaturas. Na formação discursiva que atravessa esse dicionário, “criança” pode ser cria de abelhas e crocodilos, mas, curiosamente, não se encontra relação plausível com “moleque”, pois “pretinho” é um homem preto pequeno, e o preto, na condição de escravo, é inferior ao branco e não é reconhecido como homem, como gente.

Situação parecida persiste em ocorrer com a SD1, já que o aposto não possui efeitos de sentido com relação a discursos sobre infância nessa formação discursiva. “Moleque” não é uma criança¹² preta, um menino preto; permanece como “homem preto pequeno”, talvez um criado, mas, por ora, com pouca idade. Logo, um *menor* – constituinte de uma parcela reprimida e indesejada pela elite brasileira.

Finalmente, depois de quase um século, a segunda SD:

SD2: s.m. Menino que vive na rua. / Garoto. / Indivíduo sem compostura, ou que não é digno de crédito. / Escora com que se sustentam as tábuas de um forro, enquanto são assentadas. / Bras. (MG) Ímã com que se separa o ferro do ouro em pó. (HOUAISS, 1979, p. 565)

¹¹ Infância aparece como “INFÂNCIA, s. f. o estado do minino, que ainda não falla.. §. S O principio v. g. , a infancia, do mundo , da fe, da Religiao f, Lucena. de. § fi A ultima velhice, que he igual a infância em muintas coisas” (BLUTEAU; SILVA, p. 716).

¹² No mesmo dicionário: “Creança: (kri-an-ssa) indivíduo da espécie humana que está no período da infancia. || Creança de peito, a que ainda mamma. [j (Fig.) Ser creança, entreter-se com coisas pueris, ser leviano, não tratar os negocios com seriedade. | Isto não é brincadeira de creanças, diz-se das coisas serias e importantes. I] Já não é creança, diz-se de quem já está adeantado em annos, mas que não é muito velho. II (Ant.) Cria: A creança da vacca. || (Ant.) Creação, educação: Em vós não ha' cortezia nem creança. (Barros.) j] F. Crear+ança” (p. 422).

Das cinco entradas, *a priori* só as três primeiras nos interessam, porque as outras duas são relacionadas a objetos de trabalho manual.

Essa é a primeira definição do arquivo de verbetes na qual não há significante racial, e a definição de suas entradas representa aproximadamente aquelas que serão reproduzidas no início do século XXI. É notável que haja agora uma entrada que defina “moleque” apenas como “garoto”, mesmo que a primeira e a terceira entradas ainda perpetuem sentidos racializados por meio da memória discursiva presente na SD1 e em Bluteau.

Dessa forma, nas três entradas, os núcleos dos sintagmas nominais (“menino”, “garoto”, “indivíduo”) não vêm mais acompanhados de descrições físicas dos sujeitos, não há mais “pequeno”, “jovem” ou “negro”. No entanto, o apagamento vocabular decerto não resulta no desaparecimento ou transformação total dos sentidos, já que, de início, “garoto” e “menino” significam criança ou jovem do sexo masculino. Além disso, é preciso analisar as construções que estão a qualificar os sujeitos.

Na primeira entrada da SD2, a subordinada adjetiva “que vive na rua” permite pelo menos duas paráfrases: a. *que está constantemente na rua*; e b. *que está em situação de rua / que é morador de rua*. A opção mais possível se dá pelo espelhamento das condições de produção da formação social brasileira e definida, mais uma vez, pelos discursos da memória discursiva de “moleque”, que corresponde às sentenças em b.

Na terceira entrada, o *indivíduo* (sai de cena mais uma vez as referências a idade) é caracterizado pela negação, partindo da preposição “sem” e do advérbio “não”. Ou seja, não se apresentam qualificativos valorados afirmativamente (e por tabela positivamente). O adjunto “sem compostura” e a oração adjetiva “que não é digno de crédito” podem ser substituídos por “sem educação” e “que não merece valor”/ “que não se pode ter confiança” respectivamente.

Nessas condições, os sentidos presentes em “moleque” deixam de ser formulações de discursos “sobre raça” para se tornarem de discursos *racializados* (MODESTO, 2021). A raça ou cor dos indivíduos não está mais presente no verbo, mas a cor de pele de um menino – ou indivíduo – em situação de rua, tido como mal-educado e sem valor não é exatamente qualquer uma no Brasil.

3.2 Quem é o “pivete” nos dicionários de português?¹³

Após a observação de todas as definições encontradas, foi possível identificar em um dos dicionários do século XXI uma definição que causa certo “estranhamento” ao ser comparada com as outras, tanto anteriores quanto posteriores. Tal conceito pode ser definido por Ernst-Pereira (2009, p. 5) como um “conflito entre formações discursivas” em que são apresentados elementos intra/interdiscursivos que marcam confusão, desordem, na SD3. A definição é encontrada no *Minidicionário Ruth Rocha* (2001), e apresenta “pivete” como:

SD3: pi.ve.te sm 1 Menino. 2 Menino abandonado, que pratica pequenos furtos para sobreviver. (PIRES, 2001, p. 412)

A definição desse dicionário já se diferencia de todas as outras do arquivo montado para esse trabalho a partir de sua primeira entrada, em que “pivete” é definido apenas como “Menino”. A entrada não é atravessada por nenhum adjetivo que sinalize a relação entre “pivetes” e criminalidade, como em todos os outros dicionários analisados¹⁴. Aqui, pivete é somente um indivíduo, no estágio da infância, do sexo masculino e nada além disso. Uma criança.

Na segunda entrada, vemos mais explicitamente quem é o “pivete” na perspectiva do dicionário. Agora já comparece, na sintaxe do verbete, uma predicação produzida por um adjetivo e uma oração adjetiva, marcando que não se trata apenas de um “menino”, indo além do que afirmava a primeira entrada. Essa segunda entrada se refere a um “Menino abandonado”, e aqui encontramos uma “falta” (ERNST-PEREIRA, 2009): abandonado por quem? Pela família? Pela sociedade? Pelo Estado?

Na oração adjetiva *que pratica pequenos furtos para sobreviver*, é possível chamar atenção para dois apontamentos interessantes. Nessa predicação, comparece a formulação “pequenos furtos”, o que aparenta minimizar o que é feito por esse indivíduo, além de ser um furto e não um roubo, como é trazido nos outros dicionários, dois tipos diferentes de crime

¹³ A análise que segue é um recorte revisto e resumido dos resultados obtidos no Plano de Trabalho de Iniciação Científica intitulada “Arquivo das Nomeações Raciais: Pivete nos Dicionários de Língua Portuguesa”, vinculado ao Projeto de Pesquisa citado anteriormente na introdução.

¹⁴ Exemplos de definições em outros dicionários: “**Pivete** s.m. Pequeno rolo ou pastilha de substância aromática que se queima para perfumar. || (gír.) **Menino que auxilia ladrões no ato do roubo; menino ladrão.**” (NASCENTES, 1976, p. 841, grifo nosso); “**pi.ve.te** sm. *Bras. Gír.* **1.** Criança esperta. **2. Menino ladrão ou ajudante de ladrões.**” (XIMENES, 2000, p. 347, grifo nosso); “**PI.VE.TE** s.m., *pop.*, **adolescente ladrão, membro de gangue de assaltantes.**” (SCOTTINI, 2017, p. 419, grifo nosso).

perante a lei¹⁵. Ademais, o dicionário, além de produzir como efeito de sentido a minimização do crime cometido, justifica-o, alegando que os furtos cometidos por esse menino são feitos para sua sobrevivência, o que intensifica o fato de que foi abandonado por alguém e está vivendo a partir do que consegue obter por meio de furtos, visto que não tem como se manter financeiramente.

Ao comparar o que é apresentado nos dicionários, vemos que a definição de Pires (2001) é atravessada por um discurso que não significa o “pivete” pela criminalidade, violência, esperteza, mas pela falta, abandono, necessidade de sobrevivência. Chama a atenção que, apesar de todos os dicionários possuírem um discurso de criminalidade, são discursos feitos de posições diferentes. A maioria dos dicionários se encontram numa formação discursiva criminalizante, mas a definição de Pires assenta-se numa formação discursiva não criminalizante, já que o crime é, antes de tudo, uma necessidade de sobrevivência e de menor valor legal. Também é visto que, em alguns dicionários, o verbete é atravessado explicitamente por um discurso de urbanidade, já que esse menino mora e/ou comete crimes nas ruas, enquanto no dicionário referente à análise feita fica implícito o local em que esse garoto pratica seus furtos e onde ele foi abandonado.

Apesar de todas as suas diferenças, algo que pode ser observado, tanto nessa definição quanto em todas as outras do arquivo, é o fato de que nenhuma delas é explicitamente atravessada por um discurso racial. Porém, ao analisar essas definições e momentos históricos que o constituem, torna-se possível recuperar na memória discursiva um atravessamento de discursos racializados implícitos.

3.3 Análise sócio-histórica

Consequente ao que foi apresentado anteriormente durante a análise dos verbetes “moleque” e “pivete”, torna-se interessante o que Fraga Filho (1996), já mencionado anteriormente, aborda em seu livro sobre a vivência dos “mendigos”, “moleques” e “vadios” na Bahia do século XIX. Fraga Filho (1996) traz dados e exemplos sobre a quantidade de pessoas pretas em situação de rua durante esse século, tanto adultos quanto crianças, os chamados “moleques”. Em um trecho de seu livro ele afirma:

¹⁵ O Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, define o furto, Art. 155, como ato de “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (BRASIL, 1940). Já o roubo, Art. 157, é definido como ato de “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (BRASIL, 1940).

ao longo do período, as autoridades baianas sempre se queixaram da quantidade de rapazes "peraltas" e "moleques" que se assenhoreavam das vias públicas com atitudes irreverentes e irrequietas. A julgar pela insistente referência aos 'moleques', devemos inferir que a maioria desses menores fosse de cor negra. Ao lado das prostitutas e dos indivíduos sem eira nem beira, os moleques vadios eram vistos com desprezo e hostilidade pelos bem-nascidos (FRAGA FILHO, 1996, p. 111).

Assim, pelo que é dito e apresentado, garotos, majoritariamente negros, em situação de rua, que se encontravam ao lado de outros indivíduos mal vistos pela lei e pela sociedade, é possível entender “moleque” como um sinônimo de “pivete”. O autor afirma que os jovens, livres e libertos, encontravam imensas dificuldades para possuir uma vida decente durante esse período, o que resultava em indivíduos que se acolhiam nas ruas e se propunham a fazer o necessário para sua sobrevivência. Fraga Filho (1996, p. 119-120) afirma ainda:

a percepção do número do aumento de menores desvalidos nas ruas certamente tinha estreita relação com o aumento da população da cidade ao longo do século XIX; entre o início e o final do período a população quase triplicou. Esse crescimento ocorreu em uma sociedade em crise e, por isso mesmo, sem condições de oferecer maiores e melhores oportunidades para gerações mais novas. Crise que tirava também dos pais condição de criar os filhos.

Com esse aumento de jovens nas ruas, o poder público buscou controlar a situação, tirando o máximo de crianças desses locais e procurando formar homens preparados para o trabalho. O Estado chegou a recrutar órfãos para a Marinha, buscando diminuir a quantidade de “menores” que se encontravam na rua durante esse período. É posto que até mesmo pais que se encontravam em situação de pobreza extrema acabavam por entregar seus filhos aos militares para os afastar da “vadiagem”. Apesar disso, Fraga Filho (1996, p. 131) nos diz que “tal como escravos, esses menores tinham na fuga forma de resistir à exploração e aos abusos de seus mestres”, o que causou a desistência do poder público em tentar controlar a situação.

Apesar de o livro de Fraga Filho (1996) retratar o século XIX e os verbetes “moleque” e “pivete” só serem associados a menino ladrão/que mora nas ruas a partir do século XX, é possível fazer um paralelo com os dias atuais. O Projeto Àwúre, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), numa publicação de 2021, de 70 mil crianças em situação de rua, 67% são negras. A partir de uma pesquisa feita pela Rede Nacional Criança Não é de Rua, também de 2021, com 247 crianças, temos que 85% delas se autodeclara negra ou parda. Já em uma pesquisa da CNN Brasil, em dezembro 2021, de 158.191 pessoas em situação de rua, 67% delas se autodeclararam negras e 3% do total são crianças/adolescentes.

Isso produz o questionamento sobre o motivo da maioria da população em situação de rua ser negra, se isso se deve ao acaso ou a algo já institucionalizado. Silvio Almeida (2019, p. 25-26), em seu livro, afirma que:

a concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.

Ou seja, Almeida (2019, p. 27) nos mostra que a ideologia hegemônica e colonial está impregnada na nossa sociedade e, conseqüentemente, no Estado, o que causa uma desigualdade socioeconômica por questões de raça, para “manter a hegemonia do grupo racial no poder” de uma forma sutil, porém não menos agressiva. Logo, a partir dessas concepções, pode-se entender o racismo estrutural como algo que está impregnado intensamente na sociedade. Almeida (2019), explica que o racismo faz parte da ordem social e é atenuado por instituições por conta da própria sociedade que é racista. Então, a menos que algo seja constantemente feito contra a desigualdade racial, práticas e falas racistas continuarão a ser consideradas normais e aceitas pela população.

Considerações finais

A produção linguística e, nesse caso, dos dicionários no Brasil foi largamente perpassada por discursos opressivos e com grande dependência, por um longo período de tempo, de sua ex-metrópole, Portugal. Mesmo que as línguas portuguesas faladas nos dois territórios já viessem se diferenciando há muito tempo e por diversos fatores, tentativas de mitigar essa diferenciação e “unir” as variações eram o padrão no passado e ainda ocorrem hoje. Auroux (1992, p. 68), por sua vez, afirma que o dicionário monolíngue tem “finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas”.

Por isso, a análise dos registros lexicais existentes nos dicionários é extremamente relevante para os estudos e para a reflexão da formação da nossa sociedade, do nosso modo de operação como comunidade e como a língua e os discursos são materializados. Se um enunciado não é produzido originalmente e unicamente por um sujeito intrincado no discurso, e os sentidos podem sempre ser outros, a associação de vários campos do conhecimento é

indispensável em AD e HIL. Isso acontece levando em consideração as dimensões das condições de produção de formações discursivas em diferentes momentos e lugares.

Seguindo essa linha de raciocínio, o trabalho analisou como os discursos nesses instrumentos linguísticos de gramatização, com a ajuda de investigações linguísticas e históricas, podem produzir efeitos de sentido racializados. Identificando, assim, os sujeitos que produzem os discursos e as formações discursivas existentes, é possível inferir que “moleque” pode, sim, ser sinônimo de “menino” ou “garoto”, mas definitivamente não é o único sinônimo. “Moleque” não é sempre um menino qualquer, mas constantemente “sem valor”, “mal-educado”, “que vive na rua” (às vezes brincalhão e sem seriedade) e, por consequência – dada a memória discursiva do verbete e a descrição do contexto de vida desse menino –, preto.

Com relação ao “pivete”, foi observado um deslizamento de sentido ao fim do século XX, no qual se inicia a presença formal do atravessamento do discurso de criminalidade, pois o termo passa a ser sempre definido por um garoto que comete crimes. Também vemos alguns atravessamentos explícitos de urbanidade, porém, mesmo nas definições em que esse discurso não se encontra explícito, a partir do que é apresentado e da memória discursiva, é possível nos questionarmos onde esse menino comete seus crimes, trazendo como possibilidade de interpretação a urbanidade.

Observamos que, ao fazer uma análise sócio-histórica e levando em consideração as memórias discursivas, deparamo-nos com um racismo estrutural e intrínseco na sociedade brasileira. Sabendo que a maioria da população em situação de rua urbana é negra, e discursos de poder estarem atrelados a essas pessoas, mesmo que não seja encontrado de forma explícita nos dicionários atuais, é válido concluir que os “moleques” e “pivetes” podem ser definidos a partir de pontos de vista racializados e (linguisticamente e politicamente) autoritários.

Referências

A situação de rua para crianças e adolescentes no Brasil de hoje. **Awure**, 2021. Disponível em: <https://www.awure.com.br/a-situacao-de-rua-para-criancas-e-adolescentes-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Imprensa Nacional: Lisboa, 1881.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, p. 1-22, e022007, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v64i00.8664658>

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, Portugal: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 03 set. 2022.

CAPELLANI, Ana Paula Lemos; MEGID, Cristiane Maria. Mas... O que não é possível? Efeitos das posições dos sujeitos em *A Vida é Bela*. In: BOLOGNINI, C. Z. (Org.). **Discurso e Ensino: o cinema na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 29-35.

ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/Interpretação do *corpus* discursivo. In: **Anais do IV SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Carolina. População em situação de rua no Brasil cresce 16% de dezembro a maio, diz pesquisa. **CNN Brasil**, São Paulo, 10 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-cresce-16-de-dezembro-a-maio-diz-pesquisa/#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20do%20Observat%C3%B3rio,vivendo%20nas%20ruas%20do%20Brasil>. Acesso em: 2 ago. 2022.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia século XIX**. Salvador: Edufba-HUCITEC, 1995.

GUIMARÃES, E. **Sinopse sobre os Estudos Do Português no Brasil - Relatos**, 1. Campinas. Unicamp, 1994. Disponível em: https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html. Acesso em: 06 ago. 2022.

GRIGOLETTO, M. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, M. J. (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999.

HOUAISS, Antônio (ed.). **Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse**. Larousse do Brasil: Rio de Janeiro, 1979.

LAGAZZI, Suzy. Algumas considerações sobre o método discursivo. In: **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes Editores, 1998, p. 51-57.

LOPES, Jorge Domingues; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. O “Vocabulário Português, e Latino”, e Brasília, de Raphael Bluteau: Análise dos brasileirismos ameríndios de base Tupí. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 513-542, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1811-4>.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i2.1851>

MODESTO, Rogério. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. **Revista Eletrônica Interfaces**, v. 13, n. 3, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/2179-0027.20220048>

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S/A, v. V, 1976, p. 841.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, v. 3 n. 1, 2010

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Bethânia S. C. Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1994, p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PIRES, Hindenburg da Silva. **Minidicionário Ruth Rocha**. São Paulo: Scipione, 2001, p. 412.

REDE NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA. Criança não é de rua, 2021. Disponível em: <https://criancanaoederua.org.br/situacao-de-rua/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCOTTINI, Alfredo. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. Blumenau: Todolivro Editora, 2017, p. 419.

Samille Jarallah Midlej, Pedro Arão das Mercês Carvalho, Rogério Modesto. Quem são os “moleques” e os “pivetes” nos dicionários de língua portuguesa? Um estudo discursivo, linguístico e histórico.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996, p. 151-162.

SILVA, Mariza Vieira da. O sujeito urbano escolarizado e as políticas de língua(s): de pobre a excluído. **Revista Investigações**, Recife, v. 31, n. 2, p. 248-268, 2018. DOI: <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2018.238188>

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua portuguesa**. 2 ed. São Paulo: Ediouro Publicações S.A., 2000, p. 347.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, p. 13-39, 2009.

Recebido em: 21 de janeiro de 2023
Aceito em: 9 de junho de 2023